

PSICANÁLISE E PAZ

“ O bem consiste em uma dialética do Bem e do Mal. O Mal consiste na negação dessa dialética, na desunião radical do Bem e do Mal e, por consequência, na autonomia do princípio do Mal. Enquanto o Bem supõe a cumplicidade dialética do Mal, o Mal fundamenta-se em si mesmo, em plena incompatibilidade” (Baudrillard)

A paz nos leva a falar da guerra, na dicotomia guerra/paz.

Em 1931, período “entre-guerras”, Einstein é procurado pela Liga das Nações que lhe sugere que convidasse uma pessoa, de sua própria escolha, para um franco intercâmbio de pontos de vista sobre algum problema também de sua escolha. Dirigindo-se a Freud, seu escolhido, pergunta Einstein:

O que se poderia fazer para evitar que a guerra fosse o destino dos homens?

Em sua carta, Einstein espera que Freud proporcione a elucidação do problema contando com o auxílio do seu profundo conhecimento da vida instintiva do homem. Einstein explicita e sublinha seu reconhecimento da importância da vida instintiva na determinação da guerra e se refere a fatores psicológicos de peso (ambição do poder) que podem tornar-se obstáculos decisivos na abordagem da paz. Para ele já estavam claras a importância da psicanálise para pensar a guerra e a paz, a importância da vida instintiva na determinação da guerra e, mais do que isso, estava clara a urgência dessa questão.

Se, pensando na paz, nos voltássemos apenas para o estudo da violência, nós teríamos as questões levantadas pelo conceito de pulsão de morte que em sua orientação para o exterior apresenta-se como impulso de destruição, atuando junto com a pulsão de vida. Em “Análise terminável e interminável”, Freud afirma que a vida se compõe do entrelaçamento e intrincação das duas pulsões. Foi o que pensei quando li Baudrillard, falando do Bem e do Mal em “A transparência do Mal”.

Falar da paz, porém, nos obriga a discriminar muito mais do que isso.

Em relação à contribuição da psicanálise para a paz devemos perguntar de que maneira fazer valer a importância do emocional e dos fatores psicológicos na determinação da guerra e da paz, diante de variáveis grandiosas e poderosas como são as econômicas e as políticas. Continuando a reflexão, podemos considerar até que ponto as políticas econômicas estão também submetidas a forças instintivas que se expressam na destrutividade do poder desmedido e do narcisismo onipotente. Em época de turbulência econômica como foi o período de desenfreada inflação, o que tinha sentido na vida e nas relações estava atropelado pela necessidade não só de não perder, mas de ganhar mais e mais. Esse era o imperativo da voracidade devoradora. Por que não fazer a crítica da corrida a um consumo sem fim que é a política de sobrevivência de um modelo econômico mesmo quando é alienante para o próprio homem? Será possível ou viável criar um espaço para a elaboração diante dos atrativos do poder e da gratificação do imediatismo e da atuação? Essas perguntas fazem pensar que nem sempre a paz é desejável, ao menos na medida em que representar uma limitação aos interesses e à ambição humana.

Antes de mais nada, o que é a paz?

Kant, em "À paz perpétua", condena a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz como um dever imediato que não pode ser instituído sem um contrato dos povos entre si. Diz que deveria haver uma Liga da Paz, distinta do tratado de Paz (armistício) que simplesmente procura pôr fim a *uma* guerra; a Liga da Paz buscaria o fim de todas as guerras e para sempre.

Essa proposta da Liga da Paz diferenciada do tratado de paz lembra Derrida quando diz:

"lei e justiça pertencem a duas dimensões diferentes. Como a lei é a esfera da negociação social e da deliberação política, produto da dinâmica social e política, ela é finita, relativa e historicamente determinada. Em contraste, a justiça transcende a esfera da negociação social e da deliberação política o que a torna infinita e absoluta."

Os tratados de paz podem visar pôr fim a um conflito mas, às vezes, não são mais que longos armistícios que podem durar 20 anos como é o caso do tratado de Versailles, sendo apenas um adiamento dos confrontos, com uma suspensão das hostilidades.

Segundo Freud, "a guerra não serve para fins pacíficos pois os êxitos da conquista não costumam ser duradouros; as novas unidades voltam a desmembrar-se por causa da escassa coerência entre as partes unidas pela força.

Pergunta ele "quanto tempo deveremos esperar para que os outros se tornem pacifistas? A influência de dois fatores, a atitude

cultural e o fundado temor das conseqüências da guerra futura talvez ponham fim aos conflitos bélicos no curso de um prazo limitado”.

Na troca de correspondência com Freud, Einstein se refere a um órgão supra-nacional com poderes para arbitrar conflitos entre nações. Cada estado deveria se submeter às decisões emanadas desse órgão e se comprometer a cumpri-las. Entretanto, diante do que podemos ver na história recente, parece estar fora de dúvida que um organismo ou um tribunal despojado do poder de fazer cumprir suas decisões está fadado a ditar sentenças ineficazes.

Esse organismo internacional deveria se basear na Justiça e de uma tal forma que a soberania de todos estivesse aí contemplada. Só assim seria possível abrir mão da própria soberania. Isso implica em uma ética e no reconhecimento de valores universais.

Este é um fato com que temos de contar: as negociações de paz que pretendem instaurar a paz derivam do poder e defendem seus interesses. Recorro, então, novamente a Derrida quando afirma que a lei e a justiça, condição da paz, funcionam em dimensões diferentes e que nem sempre estaremos falando da mesma paz. Nem toda paz é justa.

Em seu artigo terceiro em “À Paz perpétua”, Kant se refere a um direito da posse comunitária da superfície da Terra que, na medida em que é esférica e não infinita, vai obrigar a que os homens se tolerem uns aos outros, lembrando que ninguém tem mais direito que outrem de estar em um lugar da Terra.

A globalização nos diz que Kant é absolutamente atual, tem que haver lugar para todos, mesmo com diferenças aparentemente inconciliáveis. Vamos ter de lidar com isso.

Como fazer para que a coerção externa social que viabiliza o processo de socialização no desenvolvimento de um indivíduo se transforme em limite interno? Ou, melhor do que isso, em interesse pelo não/eu, pelo social e pelo humano?

Para além das considerações sobre os fins instintivos devemos pensar então no que pode contribuir para um progressivo desenvolvimento de uma consciência social que leve o homem do narcisismo à alteridade. A psicanálise deve poder ajudar nesse sentido.

Na clínica de nossos consultórios, temos os chamados pacientes limite, aqueles que não conseguiram constituir ou consolidar a própria identidade e independência, razão pela qual estão sempre sujeitos à necessidade de voltar a viver uma *relação de dependência* e, junto com ela, as ansiedades de abandono e invasão. O abandono é uma ameaça vital porque não permite a própria constituição e desenvolvimento e a invasão é também uma ameaça vital porque diz respeito à consolidação da identidade e da existência própria, respeitado o direito à alteridade. São ameaças de morte em dois níveis diferentes de

desenvolvimento, mas as duas são ameaças de morte. A autonomia, a independência e a liberdade não são negociáveis em uma relação verdadeira, nem para um indivíduo, nem para um grupo. Quando o resultado de uma relação é a submissão na relação entre indivíduos, grupos ou entre países ou ela é apenas externa ou se dá com um falso self que se submete ao outro por sua dependência em relação a ele. A humilhação e a rendição a um outro serão sempre, em uma boa hipótese, apenas uma paz passageira.

A constituição da alteridade só se dá em uma relação e depende da qualidade dessa relação. A Paz também se dá em uma relação e está sempre ligada à questão dos limites. Não pode haver paz sem Justiça e devem ser discriminadas a agressividade ou violência necessárias quando exercidas na defesa da Justiça da violência que visa o domínio e a submissão do outro. Mesmo em situações adversas, a Justiça propicia uma experiência emocional pacificadora porque implica na igualdade e no reconhecimento do valor da alteridade.

No século passado tivemos duas guerras extremamente violentas que não cessam de produzir livros, livros que falam dos fatos acontecidos, da morte de vidas humanas, de jovens convocados no início da vida, de cidades bombardeadas e destruídas. Livros que falam de seus líderes que, muitas vezes, contavam com o apoio entusiasmado de seus povos. Tudo isto acontecendo, muitas vezes, pelo desejo de expansão territorial e domínio sobre outros povos. Ainda muito tem que ser escrito para elaborar o horror e o assombro.

Entretanto, apesar do nível extremo de destruição na relação entre países da Europa, é surpreendente e admirável a capacidade e elasticidade interna que permitiram que esses mesmos países que se destruíram fizessem uma aproximação para retomar uma relação de paz e cooperação. O que é que contribuiu para isso? Podemos pensar que depois dos traumas e destruições de devastadoras guerras, essas nações sentiram a necessidade e urgência de estabelecer um ambiente de cooperação. Neste ano de 2012, em reconhecimento a esse esforço, a União Européia recebeu o Premio Nobel da Paz.

Nessas guerras ficou clara a pretensão de onipotência de um poder total com a exclusão do outro, a indiferença, o suposto direito à invasão e apropriação e mais do que tudo, apareceu a atrocidade de que é capaz o homem. Atrocidade e crueldade gratuitas aparentemente que supõem a crueldade e o prazer com isso.

Pergunto-me se, atualmente, a função de representação e significação não estão entre as funções importantes da Comissão da Verdade, no sentido de trazer à tona o que se queria excluir e recalcar. Também entre nós vicejaram a crueldade e a atrocidade que caminhavam junto com a indiferença. É difícil e doloroso reconhecer o

destrutivo em si mesmo mas é preciso que isso apareça à luz do dia e diante de todos porque ajuda a romper a clivagem ou o retraimento dos que nada sabem.

Quando um governo, autoridade representante da lei, atropela os limites das leis e da ética, quando favorece e protege a corrupção, não deve se surpreender que isso tenha como resultado um aumento na violência de maneira geral. E é preciso ligar os fatos, deixar claro que uma coisa é a outra, em níveis diferentes.

A psicanálise tem que explicitar a responsabilidade dos líderes do governo na manutenção da esperança e dos valores éticos e os sentimentos de desesperança e desamparo diante do abuso do poder descompromissado e da corrupção: a consequência pode ser o descarrilar da criminalidade.

Sabemos que o superego dos filhos está formado pelo superego dos pais. A corrupção aliada ao poder funciona como um verdadeiro ataque à relação com a lei por alguém que afirma, dessa maneira, estar acima dela. Quando isso acontece há um imenso sentimento de desamparo porque não há quem nos proteja.

Em Psicologia das Massas, Freud deixa claro que a massa precisa de um líder e que seu ideal de ego está formado pelo ideal de ego do líder. O indivíduo renuncia a seu ideal de Ego e o troca pelo ideal da massa corporificado no líder.

Afirma Einstein:

“O intenso desejo de poder, que caracteriza a classe governante em cada nação, é hostil a qualquer limitação de sua soberania nacional. Mas, voltando às situações de guerra, como é possível que a maioria se resigne a perder e a sofrer, em função da ambição de poucos? E como conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição e, ao mesmo tempo, uma sempre disponibilidade para a paixão. Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais; é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva.”

As palavras de Einstein são anteriores e ainda não se referiam ao que iria exemplificá-las em sua máxima expressão. Em fevereiro de 1943, A Alemanha acabara de perder a batalha de Stalingrado e já se anunciava o início do fim e Hitler, através de Goebbels, convoca o povo alemão ao sacrifício:

É preciso reler as perguntas de Einstein. Como é possível que a maioria se resigne a perder e a sofrer em função da ambição de poucos? E como conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas?

Procurar no Google, onde Goebbels aparece discursando:

Dr. Joseph Goebbels - guerra total - 18/02/1943

Poderíamos acrescentar que, além do ódio, existe a paixão pela fusão com o herói que prometeria a todos um destino maior?

Já se disse muitas vezes que se esperava que aqueles indivíduos, a quem se devem os importantes progressos técnicos e altos valores culturais, artísticos e científicos, fossem capazes de resolver bem suas diferenças e conflitos de interesses. Não foi isso o que aconteceu e, como vimos, os povos podem obedecer muito mais a suas paixões. Sua inteligência, e mesmo sua sensibilidade, não asseguram a lucidez e podem estar aliadas a objetivos narcísicos onipotentes, triunfantes e destrutivos. Respeitar e, além disso, conviver com as diferenças exige a passagem do narcisismo para a alteridade, a renúncia à identificação com o poder do Ego Ideal para a satisfação de ter um ideal pelo qual lutar. É, como afirma André Green, a passagem do ideal da satisfação para a satisfação de um ideal.

O filme acima é de um site neonazista e evitei utilizá-lo por isso. Tentei extrair esse discurso do Goebbels de um outro filme mas ele acabou danificado. Aproveito, então, para mostrar, através do site neonazista, que isso não é passado e está ainda presente. O que vemos nesse filme é o exemplo extremo do que pode acontecer em qualquer

grupo. É nosso trabalho lidar com essas forças dentro de nós mesmos, dentro das instituições psicanalíticas e na sociedade em que vivemos.

A essência mais profunda do homem consiste em impulsos de natureza elementar, que buscam a satisfação de necessidades instintivas. A sociedade classifica como maus e primitivos os impulsos egoístas e cruéis. Prescreveram-se aos indivíduos elevadas normas morais e renuncia à satisfação de instintos. Mas os estados primitivos são imperecíveis, o que quer dizer que podem sempre ser reconstituídos e retomados com paixão.

Já sabemos disso, já vivemos isso e devemos falar disso. As pessoas negam a própria destrutividade e se entregam à fantasia do poder onipotente que pode arrebatá-las não só os líderes como os liderados. Vivem aí uma paixão. Não sabem que essa é uma luta entre a vida e a morte e que é própria do desenvolvimento do ser humano.

Não há um extermínio do mal, e até agora, podemos acrescentar que tampouco há um extermínio do Bem e, assim, aqui estamos, trabalhando...

Rosa Maria Raposo de Almeida Albé

rosaalbe@uol.com.br

Associação Psicanalítica do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – Brasil